



Exílios Políticos del Cono Sur en el siglo XX

Portugal Democrático: debates e ações

Exílios e Resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil

(1958-1977)

Maria Izilda Santos de Matos¹

PUC/SP- Pq1A CNPq

mismatos@puccsp.br

AUTORIZA PUBLICACION

Nas décadas de 1950/60 e 1970, entre os portugueses chegados a São Paulo/Br destacou-se um grupo de exilados antissalazaristas, que criou um jornal visando constituir um canal de expressão política - *Portugal Democrático*, este manteve suas atividades por dezenove anos, totalizando 205 números impressos. Esta pesquisa, priorizando a trajetória do periódico, discute algumas ações, polêmicas, interlocuções, articulações, principais bandeiras e debates enfrentados por estes sujeitos históricos.

O tema: questão de memória

08/05/1974 Movimento estudantil – agitação na USP

A festa programada pelos estudantes para comemorar a queda da ditadura em Portugal, foi realizada no dia 03/05/1974, no prédio do Departamento de história da FFLCH/USP... a assistência se compunha de mais de 1000 pessoas... A sessão foi presidida pelo prof. Silvano Band, brasileiro há muito ligado aos democratas portugueses. Compunham, ainda, a mesa Antonio Soares Amora, João Paulo Gomes Monteiro, Jorge Figueiredo, Ítalo Tronca, Paulo Emílio Sales Gomes, Antônio Candido, os exilados Miguel Urbano, João Sarmento Pimentel, Fernando Lemos, Edson Ribeiro Menezes (representante do Jornal Portugal Democrático), a viúva de Antonio Augusto Aragão, Juan Blanco e Raul Cirilo da Cunha, além de outras pessoas não identificadas.

Com a morte, no dia 02/05, do Prof. Victor Ramos, da USP, chegou a ser cogitado o cancelamento da festa, mas a reunião foi mantida em sua própria homenagem, já que falecera ele, quando, em companhia de outros, organizava as comemorações.

Enaltecendo a figura do falecido, falou Antonio Soares Amora, seu grande amigo. Os demais oradores enalteceram a luta dos portugueses, sob o regime salazarista. Merece destaque especial o estudante que falou em nome dos alunos da USP... prestada, inicialmente, homenagem ao falecido prof. Victor Ramos, no final da sua oração, após referir-se á prisão dos estudantes e ao COMITÊ DE PRESOS POLÍTICOS, afirmou que deveríamos “transformar o Brasil num imenso Portugal”...

¹ Pesquisadora 1 A do CNPq, Professora Titular do Programa de Pós graduação em história da PUC/SP, com Pós doutorado na Université Lumière Lyon 2/França, acesso CV: <http://lattes.cnpq.br/3818957885297532>

Encerrando a sessão falou o comandante, João Sarmiento Pimentel, um dos fundadores da República Portuguesa e exilado no Brasil há 40 anos. Com mais de 80 anos de idade, visivelmente emocionado pelas possibilidades de voltar, em breve a sua Pátria, foi prolongada e entusiasticamente aplaudido...²

A leitura deste documento, localizado no acervo do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social/SP), acionou campanhas de memória, num retorno a um passado de 40 anos atrás, possibilitando reviver cenários, ações e emoções. Maio de 1974 no prédio da FFLCH/USP celebrava-se a liberdade, o fim da ditadura salazarista, juntamente com as homenagens ao recém-falecido professor Victor Ramos. Eram “anos de chumbo”, momentos de intensa repressão, no comando da Secretaria de Segurança Pública São Paulo encontrava-se o temido coronel Erasmo Dias. Este acontecimento foi para mim, recém ingressa no curso de História, o primeiro e marcante encontro com a academia e a resistência política; corações acelerados, emoções e medo pairavam no ar, era a primeira manifestação política campus desde o AI5 (dezembro/1968), a repressão podia vir a qualquer momento e com violência. Este experimento de memória, articulado as questões postas pelas discussões atreladas aos 50 anos do Golpe de 1964, no Brasil, e às quatro décadas da “Revolução dos cravos” motivam ainda mais o desafio desta investigação.

Deslocamentos: perspectivas de análises

Os processos migratórios recentes vislumbram o estabelecimento de novas ordens demográficas. Não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, apesar de se identificar diversos pontos de partida e polos de atração. As facilidades e agilidades das viagens, somadas às múltiplas possibilidades de comunicação, dinamizam os deslocamentos, tornando-os perceptíveis e provocando hostilidades, rejeições, conflitos, xenofobia nas sociedades receptoras e transformando esta questão num desafio para o historiador.

Os deslocamentos devem ser analisados além dos seus condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma mecanicista da miserabilidade, não sendo vistos apenas, como respostas às condições de pobreza e às pressões do crescimento da população. As mobilidades superaram os limites das necessidades estritamente

² Informação n.321 ARSI/SP.T/DSI/MEC/74, SP 08/05/74. DOPS/SP. Acervo DEOPS/SP, APESP Paulo.

econômicas, agregando questões étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais, de gênero e políticas, que envolveram refugiados, exilados, asilados e expulsos, que frente às perseguições, lutaram pelos ideais de liberdade longe da pátria.

Neste sentido, estes escritos pretendem uma contribuição para o estudo da presença portuguesa em São Paulo (1920/70), destacando as experiências de um grupo, que no exílio, levou a frente ações de oposição ao regime salazarista e que constituir um canal de expressão política: o jornal *Portugal Democrático*. Para enfrentar tal desafio, a pesquisa valorizou uma diversidade de fontes e referências: o próprio periódico, a documentação do DEOPS/SP, além de cartas e entrevistas.³

Deslocamentos: saídas

Os portugueses emigravam por vários motivos: dificuldades econômicas, sociais, políticas e familiares, como: poucas oportunidades de trabalho, ganhos baixos e problemas de subsistência, tipo de propriedade e sua exploração, somadas à infertilidade, improdutividade das terras, ao atraso tecnológico e às intempéries e flagelos, fugas ao recrutamento militar, desigualdades sociais e populacionais; também, se fizeram presente nestes processos os desejos de "fazer a América", que se somaram aos exílios, frente ao aumento das tensões e perseguições políticas.

Quanto à política portuguesa de emigração, em seu processo pode ser considerada ambígua, ora repressiva (especificamente em relação aos jovens, mulheres sóas e saídas clandestinas) ora permissiva. A emigração sofria a oposição dos proprietários rurais, para os quais significava a evasão de braços, outros setores viam na emigração uma possibilidade de aliviar as tensões sociais, além de sustentar as remessas, que adquiriram importância nas finanças portuguesas.⁴

Em Portugal, a República foi instaurada em 1910, num momento de instabilidade política, crise econômica e social. Terminada a I Grande Guerra (1914-18),

³ As entrevistas foram realizadas por vários pesquisadores, com destaque para RAMOS, Ubirajara B. *Portugal Democrático*. Um jornal da Resistência portuguesa ao Salazarismo publicado no Brasil. Mestrado, PUC-SP, 2004.

⁴ Ações buscavam conter a emigração em condições desfavoráveis, viabilizar o repatriamento de desvalidos e desempregados, reprimir a clandestinidade e os engajadores, controlar as saídas através de exigências, taxas, custos de passaportes e outras imposições, no entanto, nem sempre atingindo resultados. PEREIRA, Miriam Halpern. *A política Portuguesa de Emigração 1850-1930*. Lisboa, Regra do Fogo, 1981.

as dificuldades foram agravadas com a alta dos preços, desemprego e miséria no campo, gerando descontentamento, com lutas e reivindicações dos trabalhadores, bem como o crescimento das organizações operárias e sindicais e a fundação do Partido Comunista Português (1921/PCP).⁵ Disputas políticas, crise econômica, déficits econômicos, manifestações de trabalhadores, geraram golpes e contragolpes, levando os militares ao poder (1926). Estes contextos de tensões dinamizaram novos fluxos de saídas, inclusive o exílio de opositores ao regime (1927/28).

Com a ascensão do General Carmona (1928), foi nomeado para pasta das finanças Antonio de Oliveira Salazar, que investiu em ações para ajustar a economia nacional e reduzir os desequilíbrios; posteriormente, foi apontado para a Presidência do Conselho de Ministros. Em 1932, ele encabeçou a elaboração da Constituição do Estado Novo implantado em 1933/34, que se caracterizou como um governo corporativo, forte e intervencionista, com leis trabalhistas e proibição de greves, cultivando alianças com a Igreja católica, constituindo-se num regime autoritário católico.⁶

O único partido legalmente reconhecido era a União Nacional, também compunham o esquema, a Legião Portuguesa, os “camisas azuis” e a “Mocidade Portuguesa”. A Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, 1933), PIDE (1946), a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Legião Portuguesa constituíram o equipamento de repressão, para conter as oposições (ampliando o número das saídas dos seus oponentes).⁷

As ações de oposição e resistência ao salazarismo foram permanentemente sufocadas, tais como o Levante Operário (1934), a Revolta dos Marinheiros ou Motim dos Barcos do Tejo (1936) e o Movimento de Unidade Democrática (1945/48). A repressão às oposições era mantida por meio da PIDE e de outros órgãos, bem como de um sistema de estímulo às delações.

⁵ MAXWELL, Kenneth. O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

⁶ SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos e a Crise do império colonial Português. São Paulo: Ed. Alameda, 2004. PINTO, Antonio Costa. Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal- 1914-45. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. TORRAL, Luís Reis. Estados Novos, Estado Novo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. I e I. 2.^a edição, 2009. MATTOSO, José e ROSAS, Fernando. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, vol 7. O Estado Novo, 1998.

⁷ SECCO, Lincoln. Op.cit. PINTO, Antonio Costa. Op.cit. TORRAL, Luís Reis. Op. cit. MATTOSO, José e ROSAS, Fernando. Op.cit.

O governo era resistente às mudanças econômicas, confinando Portugal a padrões tradicionais e centrados nas atividades agrícolas, com uma política econômica avessa à industrialização, considerada a causa dos conflitos de classe.

Apesar do perfil do regime salazarista, o país manteve-se neutro durante a maior parte da II Guerra Mundial. Em 1943, com o avanço dos aliados, o governo cedeu os Açores para bases britânicas e norte-americanas. Após a guerra, Portugal integrou a OTAN e recebeu apoio do Plano Marshall, que lhe possibilitou uma situação econômica e financeira relativamente confortável.⁸

Durante a Guerra Fria, o PCP (na clandestinidade desde 1929) foi particularmente atingido, crescendo as tensões e as ações repressivas do regime a outros opositores. Estes conflitos se agudizaram em torno das eleições para a Assembleia e a Presidência (1957/58), com a coligação das oposições em torno da candidatura do general Humberto Delgado. A campanha do General tinha como plataforma a restauração das liberdades, a anistia aos presos políticos e a organização de partidos. Ele angariou adeptos e popularidade, desta forma, o resultado das eleições surpreendeu com 76% dos votos para Américo Tomás (candidato da situação).⁹

A fraude eleitoral foi prontamente denunciada; contudo, o governo revidou anunciando aumento salarial para os funcionários públicos, concessão de créditos para a agricultura e a indústria e criação do Banco do Fomento; paralelamente, desencadeou a repressão com novas ações da PIDE, prisão de vários opositores, enquanto outros eram inviabilizados de manter suas atividades profissionais e políticas, optando pelo exílio.

Apesar da coerção as ações e articulações da oposição estas ocorriam, cabe mencionar a “Operação Dulcinéia” (1961), encabeçada pelo capitão Henrique Galvão que se apoderou do navio Santa Maria, no Mar do Caribe, com o objetivo de partindo

⁸ MAXWELL, Kenneth. O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal. São Paulo, Ed Schwarcas Ltda, 2006 p.38.

⁹ Delgado organizou o MNI (Movimento Nacional Independente/59) que se tornou a base para várias de suas ações. Após a eleição, em inícios de 1959, ele foi demitido da Força Aérea, sentindo-se perseguido, pediu asilo na embaixada brasileira em Lisboa, aonde permaneceu por cerca de 100 dias. O pedido de asilo gerou controvérsias e tensões, pressões do governo português, dúvidas do então presidente do Brasil, JK, pressões do embaixador Álvaro Lins, que assumiu a defesa do asilado. Finalmente, em 24 de abril de 1959, Delgado partiu para o Brasil mantendo suas ações de oposição ao regime (também esteve na Argélia, Itália, França, retornou ao Brasil). Uma tentativa de regresso e ação política direta culminou no seu assassinato em 1965, próximo à cidade de Badajós (fronteira com a Espanha).

do Golfo da Guiné, instalar-se em Luanda, uma base de apoio, para, posteriormente, dirigir-se à Portugal. A Marinha norte-americana apreendeu o Santa Maria e, depois de negociações complexas e enfrentando o governo português, conseguiu asilo para todos os envolvidos no Brasil.¹⁰

Nos anos 1960/70, a situação socioeconômica no país mantinha-se com poucas perspectivas, a crise econômica, particularmente, a agrícola que assolava o país, gerando carência de alimentos e declínio da produção nos campos. As saídas continuavam a ser a válvula de escape e as remessas enviadas pelos imigrantes amenizavam as carências.

A despeito da repressão continua, a oposição crescia, mostrando sinais de esgotamento do regime. Em 1968, Salazar sofreu uma queda e não mais se recuperou, vindo a falecer em 1970. Com relutância, o presidente Américo Tomás indicou para Presidência do Conselho Marcelo Caetano, que se propunha a modernizar Portugal, entretanto, com cautela política.¹¹

Os descontentamentos frente ao regime se generalizavam e as resistências cresciam, articulando diferentes setores médios, estudantes, movimentos operários e oposicionistas (dentro e fora do país). Ampliavam-se os desgostos, especificamente, devido às Guerras coloniais na África, gerando insubordinação inclusive entre os oficiais, o regime mantinha-se indiferente frente à questão, apesar de todos os alertas da impossibilidade de continuidade destes conflitos.

As articulações políticas da oposição culminaram na “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974, conduzida pelos oficiais intermédios do Movimento das Forças Armadas (MFA), cujo programa proposto visava o fim da guerra na África e a criação de um regime democrático e pluralista em Portugal.¹²

Deslocamentos: historiografia e São Paulo - a sociedade de acolhimento

Os portugueses constituíram o grupo mais numeroso de e/imigrantes entrados no

¹⁰ MATTOSO, José. O Estado Novo. In: ROSAS, Fernando (coord.). História de Portugal, Lisboa, Editorial Estampa, 1998. p. 468-476.

¹¹ MATTOSO, José op.cit. MAXWELL, Kenneth. Op.cit. ROSAS, Fernando (org). O Marcelismo e a crise final do Estado Novo. Lisboa: Ed. Colibri, 1999.

¹² SECCO, Lincoln. Op.cit.

Brasil, tendo sua presença se estendido por praticamente todo o país, apesar disso, apenas recentemente esta temática instigou pesquisadores. A produção historiográfica sobre e/imigração em São Paulo privilegiou certos grupos, porém só ultimamente, que apareceram trabalhos que investigam os ibéricos e, em particular, os portugueses. Alguns destes estudos buscam ultrapassar as interpretações centradas nas referências expulsão-atração, priorizando aspectos que focalizam as relações culturais, ações e lutas políticas, vínculos estabelecidos e redes de sustentação nos países de saída e de acolhimento, sonhos, expectativas e lutas construídos no processo.¹³

A e/imigração portuguesa para São Paulo foi um processo contínuo, que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, abarcando várias levas, de diferentes regiões do continente e das ilhas; alguns vieram subsidiados, mas, a maioria por conta própria. A concentração das entradas ocorreu entre os anos finais do século XIX e a I Grande Guerra, outro fluxo se estendeu pelos anos 1930/40 e uma retomada no pós II Guerra até meados da década de 1960 (no qual se insere a maior parte do grupo aqui analisado).

Nos estudos sobre as resistências e lutas contra salazarismo, de modo recente passou-se a reconhecer a necessidade de recuperação do papel histórico dos que atuaram no exílio. A pouca visibilidade do desempenho político destes exilados pode estar vinculada a certo afastamento e/ou desconhecimento de articulações, redes de apoio, canais de divulgação e publicações que possibilitaram a revelação e denúncia no estrangeiro dos abusos do salazarismo. Neste sentido, se justifica a análise do grupo de exilados portugueses em São Paulo que se articularam em torno do *Portugal Democrático* (1958 e 1977), suas atividades oposicionistas e debates travados.¹⁴

¹³ FRUTUOSO, M. Suzel G. A Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil: O Caso de Santos (1850-1950), mestrado, FFLCH/USP, 1989; FREITAS, Sonia M. Presença Portuguesa em SP: SP: Imprensa Oficial, 2006; MATOS, M. Izilda S, SOUSA, Fernando. Deslocamentos & Histórias: os portugueses. Bauru/Porto: EDUSC/CEPESE, 2008; PASCAL, M. Aparecida. Portugueses em SP. SP: Expressão e Arte, 2005; MATOS, M. Izilda S. Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX. Bauru: EDUSC, 2013.

¹⁴ PAULO, Heloisa. Aqui também é Portugal. A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo, Coimbra, Quarteto, 2000. SILVA, Douglas M. A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974, Lisboa, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. OLIVEIRA, Fábio R. Trajetórias Intelectuais no Exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974), Doutorado, UFF, 2010. RAMOS, Ubirajara B. *Portugal Democrático*. Op.cit.; MATOS, M. Izilda S. Portugueses: deslocamentos, op.cit.

A expansão urbana de São Paulo, nos finais do século XIX e início do XX, esteve vinculada à economia cafeeira, porém, gradativamente, a cidade consolidou-se como centro econômico e político, polo industrial, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços.¹⁵

Apesar de espalhado por todo Brasil, os lusitanos estavam prioritariamente agrupados nos núcleos urbanos; depois do Rio de Janeiro, São Paulo era a cidade de maior concentração de portugueses, tornando-se o principal polo de atração, devido às novas perspectivas geradas pelo desenvolvimento econômico e industrial. Os lusos se constituíram num grupo social e economicamente diversificado, desde abastados industriais e comerciantes (os comendadores) até trabalhadores, envolvidos em funções variadas na indústria, comércio, pequenos negócios, serviços e atividades domésticas.

Apartir dos anos 1950 ocorreu nova retomada do fluxo de e/imigrantes portugueses, particularmente, depois da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953) que também possibilitou a expansão das ações comerciais e financeiras entre os dois países. Muitos vieram na busca de novas oportunidades profissionais, outros escapando das dificuldades da vida no campo e do serviço militar obrigatório, também fugindo das tensões/perseguições políticas.

Situações limites, como convulsões políticas, conflitos bélicos, repressões políticas e étnicas geraram a necessidade de deslocamentos de exilados e refugiados. No caso português, as perseguições políticas produziu uma onda de exílios em 1926/7, acentuando-se depois com a implantação do Estado Novo (1933). Podendo-se destacar entre os motivos destas saídas a falta de perspectivas profissionais, as exclusões (muito comuns nas carreiras universitárias e públicas), a censura (de artistas, jornalistas e escritores), as situações de medo e insegurança.¹⁶

¹⁵ De 1870 a 1900, a cidade passou de 31.385 para 239.820 habitantes; entre 1920 e 1950, a população cresceu de 579.033 para 2.198.096 pessoas e na década de 1960 atingiu a cifra de 3.259.087 moradores. Em 1954, já como a maior cidade do país, entre os eventos celebrativos do seu IV Centenário, merece menção a *Exposição Histórica de São Paulo no Quadro da História do Brasil*, sob a coordenação de Jaime Cortesão, com painéis de Fernando Lemos.

¹⁶ Observando os diferentes momentos políticos e a constituição das oposições ao regime português pode-se melhor caracterizar os fluxos de exílios. Inicialmente, identifica-se uma leva nos anos 1920/30, envolvendo os que atuaram na oposição e levantes contra o sistema estabelecido (1927/28 e 1931), eram na maioria republicanos e democratas, alguns, depois de passagens pela Espanha, exilaram-se na França e na sequência no Brasil; dentro desta primeira leva encontra-se João Sarmiento Pimentel e Jaime Cortesão. Já entre 1940/56, intelectuais e políticos em tensão com o regime salazarista exilaram-se

O final da II Guerra coincidiu com o retorno dos governos democráticos no Brasil e também com mudanças na legislação internacional (com a extensão do “asilo político”¹⁷), tornando o país uma possibilidade de acolhimento aos opositores do salazarismo. Desta forma, se constituíram **redes** de apoio e recepção¹⁸, através de partidos (PCP e PCB), grupos profissionais e políticos, envolvendo jornalistas, intelectuais, acadêmicos brasileiros e associações.

Em São Paulo, através da influência de pessoas como João Sarmiento Pimentel¹⁹, que era do círculo de amizade de Júlio de Mesquita, proprietário do grupo *Estado de São Paulo*, que acolheu jornalistas e intelectuais portugueses, tanto através de empregos nos jornais, como nas universidades paulistas e setores editoriais.²⁰

Cabe observar que os exilados nas décadas de 1950/60 se diferenciaram dos que chegaram anteriormente (1927/33, em sua maioria, de orientação republicana e nos anos

majoritariamente no Brasil. A dinâmica oposicionista e o agravamento da repressão depois de 1957/58 gerou novos fluxos, que levou diferentes quadros políticos e de opção ideológica diversa a saírem, tendo o Brasil como um dos destinos. Entre 1965/74, percebe-se que o aumento das saídas esteve associado às Guerras coloniais, ao movimento estudantil e à emergência de novos grupos políticos, além do Brasil, cresceram os fluxos para áreas mais próximas à Portugal como o Marrocos e Argélia, França, Alemanha, Bélgica, Suécia, Itália e, em menor frequência, para Romênia, URSS, Canadá e USA. As escolhas por estes destinos se vinculam as diferenças de opções políticas, articulações nas sociedades de acolhimento e nível de projeção dos agentes envolvidos. MARTINS, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo: Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*, Cruz Quebrada: Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.

¹⁷ O asilo político é concedido ao estrangeiro que se sente perseguido ou em situação de insegurança em seu país. O refúgio possui o objetivo de proteger o estrangeiro que por motivos religiosos, étnico-raciais ou políticos passam por perigo de vida em seu país. O exílio é o estado de estar longe da própria casa, podendo ser voluntário ou forçado, apesar de particularidades, utiliza-se como sinônimo das categorias banimento, desterro ou degredo, em alguns casos, também refúgio. Em 1960, o Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar o Estatuto dos Refugiados de Genebra (1951, em vigor 1954).

¹⁸ MACDONALD, J. e MACDONALD Leatrice. *Chain Migration Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks*, *The Milbank Memorial Fund Quartely*, XLII (1), 1964, pp 82-97. DEVOTO, FERNANDO J, *Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino*. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 8, CEMLA/Buenos Aires, 1988, pp. 103-123.

¹⁹ João Sarmiento Pimentel (1888-1987). Oficial do Exército e membro do grupo *Seara Nova*, participou das ações de 1927, chegando no Brasil na década de 1930. Em São Paulo esteve a frente do Centro Republicano e participou do *Portugal Democrático*. Vinculado ao grupo dos “Budás”, é uma das principais figuras da oposição portuguesa em SP. PAULO, Heloisa. “O exílio português no Brasil: Os “Budás” e a oposição antissalazarista”, in: *Portuguese Studies Review* 14 (2) (2006/7), pp. 125/42.

²⁰ Miguel Urbano Rodrigues chegou em São Paulo no ano de 1957 para trabalhar no *Estado de São Paulo*, contava com a indicação de Jaime Cortesão, neste jornal também atuavam João Alves das Neves (segundo seu depoimento foi empregado por indicação de J. Cortesão e Antonio Sérgio), Vitor da Cunha Rego, Carlos Maria de Araújo, Santana Mota e, durante certo período, Henrique Galvão (que se dedicava a uma exótica coluna sobre os safáris na África). O jornal também aglutinou vários intelectuais exilados que colaboravam para o Suplemento Literário. João Alves das Neves declarou que o *Estado de SP* foi o único, dos grandes jornais brasileiros, que manteve uma plataforma de oposição ao salazarismo (depoimento em 22/01/2004).

1940, os “Budás”²¹), incorporando comunistas, socialistas, anarquistas, liberais republicanos, e até dissidentes do próprio regime (após as eleições de 1957/58); não obstante a diversidade, esta oposição convergia nas plataformas antissalazaristas.

No Brasil, mesmo em períodos considerados democráticos (1945/64) os aparelhos repressores se mantiveram atuantes e estes exilados foram acompanhados e controlados pela Polícia Política, sendo que as pressões cresceram depois de 1964, o que pode ser detectado nos acervos do DEOPS/SP²², através dos dossiês dos membros do *Portugal Democrático*.

Ministério do Exército, nos envia relatório de informações, sobre investigações procedidas na Universidade de São Paulo, ocasião em que vinham sendo constatados movimentos “comunistas”, com a participação de alunos e professores daquele e de outros estabelecimentos de ensino, constando em um de seus tópicos, a participação do professor “comunista” VÍTOR RAMOS da Faculdade de Assis, o qual mantinha ligações com o professor BARRADAS DE CARVALHO, de nacionalidade portuguesa que na oportunidade integrava o dispositivo “comunista” da Universidade de São Paulo.²³

Deslocamentos e Resistências antissalazaristas: *Portugal Democrático*

Como já destacado, nas décadas de 1950 e 1960, no contingente de portugueses recém-chegados havia vários antissalazaristas, que se articularam em ações de oposição no exílio. Numa das salas do Centro Republicano Português de São Paulo (Rua Conselheiro Furtado n.191)²⁴ funcionou o jornal *Portugal Democrático*, editado entre 1956 e 1977. Sua periodicidade foi ininterrupta e mensal (depois de 1958), com tiragens de cerca de 3.000 exemplares.

²¹ Grupo dos "Budás" (Jaime de Moraes, Jaime Cortesão e Alberto Moura Pinto), adeptos do republicano, exilados no Brasil participaram de uma "frente comum" visando a mobilização da opinião pública e a busca de apoios políticos internacionais no combate ao salazarismo, para tanto constituem a União dos Democratas Portugueses (1943) e o Comitê Português Antifascista (1945), do qual participam inúmeros nomes de opositoristas, englobando elementos de diferentes vertentes políticas, desde comunistas até republicanos. PAULO, Heloisa. O exílio português no Brasil: Os "Budás". Op.cit.

²² Na pesquisa na documentação do DEOPS, foram localizados cerca de 6.000 prontuários de portugueses, na análise pode-se observar 2 fases: 1- 1924 a 1940, que se caracterizou, na maioria, por lusos com baixa ou média instrução, trabalhadores do comércio ou do setor de serviços (ferroviários, motorneiros, pedreiros, pintores, etc.); 2- a partir de 1940, nota-se a presença de indivíduos com maior grau de instrução (professores universitários, profissionais liberais, escritores, jornalistas, artistas plásticos e de teatro e políticos) e vinculados às resistências ao salazarismo.

²³ SSP/SP, Dependência Serviço de Informações, doc. 52z0 (4372), Vitor Ramos. Acervo DEOPS/SP.

²⁴ A partir da década de 1970, transferiu-se para a Rua Libero Badaró 488, 5. Andar.

A iniciativa da criação do periódico foi de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura, ambos membros do PCP, que articularam outros compatriotas. No primeiro número (julho/56) se esclarecia a plataforma:

A política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são, pura e simplesmente, servir o Portugal Democrático com verdade e independência... mostrar aos portugueses que se interessam por Portugal a real situação do país, destacando a cultura portuguesa; mudar a imagem do país, vencer as barreiras da censura, da falta de dinheiro e de apoio, estamos voltados para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o *Portugal Democrático*.²⁵

O grupo agregava uma diversidade de tendências políticas, republicanos, simpatizantes do socialismo e com a hegemônica presença de comunistas. Pode-se dizer que as páginas do periódico refletem a pluralidade de perspectivas políticas e partidárias, tendo como plataforma unificadora a oposição ao regime salazarista, no entanto, isso não minimizou a existência de divergências e disputas internas.

Entre os envolvidos no *Portugal Democrático* encontravam-se intelectuais, escritores, artistas, jornalistas, além de um setor não menos atuante (apesar de mais oculto) de militantes e voluntários, operários, comerciantes, técnicos, vendedores, engenheiros, contadores, agrimensores, torneiros mecânicos, empresários, vidreiros, ceramistas, escriturários, securitários, mecânicos industriais e funcionários.

Na sua trajetória o periódico enfrentou obstáculos, dificuldades de recursos, de distribuição e canais de acesso aos leitores tanto da comunidade portuguesa como da sociedade brasileira; estas, entre outras limitações, levaram à suspensão da sua publicação (julho/57 a maio/58). No entanto, com empenho, o projeto foi reavivado um ano depois com a chegada de um grupo de jornalistas (alguns com experiência no *Diário Ilustrado*, de Lisboa) que contribuiu para a reorganização do periódico. A esfera editorial passou a contar com os nomes de Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, João Alves das Neves, Jorge Sena e Paulo de Castro.

Eram muitos os que colaboravam com o periódico²⁶

João Sarmento Pimentel e seu irmão Francisco Pimentel, os engenheiros João dos Santos Baleizão, Carlos Cruz, Manuel Myre Soares, Jorge Fidelino de Figueiredo, Álvaro Veiga de

²⁵ *Portugal Democrático*, n.1, 1956.

²⁶ Na vasta lista, foram identificadas quatro mulheres Maria Ascher, Maria Irolinda, Manuela de Gouveia e Maria Antônia Fiadeiro, entretanto, vários depoentes declararam que outras participavam.

Oliveira e Francisco Vidal, o ex-diplomata Pedroso de Lima, os irmãos Abílio e Manuel Rodrigues da Silva, Francisco Lopes, o advogado Manuel Sertório, Lenine de Jesus, Carlos Assunção Neves, Joaquim Duarte Baptista, Henrique Pereira Santo, José Portela, Jacinto Rodrigues, Lemos de Figueiredo, Humberto Silva, Fernando Correia da Silva, Alexandre Leal Dias, Fernando Ramos, Armando Correia Pinto, Manuel Rocheta, Luis Taborda Botelho, Maria Irolinda Roque, José Fonseca Martins, Mendes André, Raul Círico da Cunha, Pedro Rocha, Helander Gomes, João Rino, os escritores Carlos Maria de Araújo, Castro Soromenho, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Maria Archer, Mário Bodas, Manuel Soares, Idelfonso Garcia, Manuel Algôdres, António Baia, Gil Clemente, Carlos Seabra, Tomaz Ribeiro Colaço, os jornalistas Paulo de Castro, Vitor da Cunha Rego, Sant'Anna Mota e João Alves das Neves, o economista e jornalista Jorge Galvão Figueiredo, o pintor Fernando Lemos, professores como Joaquim Barradas de Carvalho e Ruy Luis Gomes, os poetas Sidônio Muralha, Veiga Leitão e Mário Henrique Leiria, o ator Fernando Muralha, Manuela Gouveia Antunes, Maria Antonia Fiadeiro, Augusto dos S. Abranches.²⁷

O periódico também teve a participação de expressivos nomes da cultura e da política do Brasil, como Florestan Fernandes, Lúcia Fagundes Telles, Sérgio Milliet, Ricardo Severo, Álvaro Lins, Paulo Emílio Salles Gomes, Antonio Candido, Paulo Duarte, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Guilherme Motta, Carlos Drummond Andrade, Graciliano Ramos, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego, Cláudio Abramo, Ênio Silveira, ainda autores das colônias portuguesas em África.²⁸

Buscou-se constituir um estilo próprio no periódico, tanto na estrutura como nos aspectos gráficos, optou-se por estabelecer editoriais (expressão da opinião da equipe frente a uma temática proposta), separando as sessões opinativas das de informação, agregavam-se comentários de colaboradores, além de outros itens como campanhas e denúncias, divulgação de livros e publicações com temáticas afins. Algumas das colunas fixas merecem menção a “Opinião insuspeita” de Sarmiento Pimentel e o “Obscurantismo Salazarista” de Barradas de Carvalho; cabendo realce a riqueza dos desenhos, charges e caricaturas de Fernando Lemos, que acrescentavam um toque de arte, humor, ironia e contribuíram para aprimorar a qualidade gráfica.²⁹

Num primeiro momento, o jornal teve circulação restrita, gradativamente, articulou diálogos e planos de ação através de toda uma rede de contatos e apoios, que

²⁷ RODRIGUES, Miguel Urbano. “Portugal Democrático, um jornal revolucionário”, in: LEMOS, F. e LEITE, Rui M. A Missão Portuguesa-Rotas intercruzadas, SP/Bauru, Ed. Unesp/EDUSC, 2003.

²⁸ SILVA, Douglas M.. A oposição ao Estado Novo, op.cit.

²⁹ RAMOS, Ubirajara B. Op.cit., p. 108.

contribuíram para divulgação e distribuição do periódico em vários estados e núcleos da oposição em outros países.³⁰

O *Portugal Democrático* era censurado em Portugal, entretanto, conseguia-se furar o cerco rigoroso da PIDE usando de várias estratégias, como: chegando por meio das tripulações dos navios, envolvido em outros jornais, em envelopes com nome fictícios de associações ou através de outros países, como: Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, USA, Inglaterra e França, tornando-se o periódico português, publicado no exterior, de maior circulação entre os antissalazaristas exilados.

No cotidiano, a execução das tarefas era partilhada, constituindo um empenho coletivo e, muitas vezes, anônimo, alguns atuavam na busca de apoio financeiro, outros cuidavam da seleção dos temas - da pauta, dos textos, da redação, do convite aos colaboradores e formadores de opinião. Já outros se encarregavam de levar a tipografia, trazer as provas, fazer a correção/revisão/conferência, colaboravam na diagramação, dobragem, remessas/expedição e postagem.

Normalmente havia uma data convencionada para o "fecho" do jornal e um membro designado para coordenar a recolha e organização do "material" a ser publicado. Havia uma primeira reunião para definir o tema de fundo e as questões especiais a serem abordadas na edição em pauta, escolha dos colaboradores a serem solicitados a escrever sobre as matérias selecionadas, etc. Depois, o coordenador e outros membros do corpo editorial faziam os contactos com os colaboradores indicados, redigiam os textos de que se tivessem incumbido e iam recolhendo matéria noticiosa.

Havia um elemento que fazia a ligação com a tipografia, levando originais e indicações gráficas e trazendo, posteriormente, as provas de prelo, levando as provas revistas e trazendo provas de textos já emendados. Na data convencionada para o fecho do jornal, a equipa editorial, já de posse de todas as provas tipográficas, fazia a diagramação do jornal pela técnica de colagem: usando tesoura, cola e folhas de papel com as dimensões adequadas, recortava e colava as provas sobre as folhas de papel, definindo sequências de texto, numeração das páginas e acrescentando os títulos e as indicações gráficas necessárias. O elemento incumbido da ligação com a tipografia levava esse "boneco", que servia de plano para a paginação nas mesas da tipografia, e assegurava, posteriormente, recorrendo aos meios disponibilizados por outros companheiros, o transporte dos jornais impressos para o Centro Republicano. Era nessa altura que ocorria mais gente e se desenvolvia uma série de operações em simultâneo que consistiam na dobragem dos jornais para remessa aos assinantes, formação de rolos ou pacotes para remessa aos núcleos de oposição dispersos por diversos países, colagem de cintas ou etiquetas, impressão de endereços em máquina manual a partir dos "ficheiros" (que consistiam em séries de chapas metálicas de impressão) separação das unidades de remessa em função dos respectivos destinos e, nessa mesma noite, ir despachar tudo na estação de correios do Vale do Anhangabaú.³¹

³⁰ RODRIGUES, Miguel Urbano. Op.cit., p. 185.

³¹ Entrevista, Joaquim Quitério, 01/05/2003.

Deslocamentos: denúncias e lutas por um *Portugal Democrático*

Os mentores do *Portugal Democrático* se depararam com o discurso “oficial” do salazarismo, difundido junto aos portugueses radicados em São Paulo³², neste sentido, inicialmente, a proposta visava conscientizar a comunidade portuguesa e brasileira das ações e práticas do governo salazarista, desmistificando a propaganda oficial, denunciando a violência e métodos de repressão, a situação do ensino e os movimentos de estudantes, além de outras questões gerais da política e economia portuguesa.

Protesto contra todas as mentiras, violências, injustiças, crueldades, extorsões – policia política, campos de concentração, presos políticos, eleições roubadas, desprezo pela liberdade, indiferença pelos direitos do povo e suas gloriosas tradições de independência – que, por todos os modos, num conto do vigário colossal, tem sido apresentado ao mundo inteiro como uma era de progresso, de fraternidade, de paz e prosperidade em Portugal. De esperança, de certeza mesmo, que tudo quanto infelicitou durante trinta anos a nossa pátria, sem liberdade, sem teto, sem pão para o misero paisano e seus filhos, está no fim.³³

Várias questões foram abordadas no periódico na sua luta antissalazarista, destacando-se temáticas como os campos de prisioneiros e a luta pela anistia.

A luta pela anistia aos presos políticos portugueses, que nos últimos anos tomou grande incremento. Vem conseguindo sucessivas vitórias. Premido pela força da opinião pública nacional e internacional, o Governo de Salazar tem sido forçado a libertar alguns dos mais destacados combatentes anti-fascistas. O último exemplo do valor da pressão democrática pela anistia foi a libertação de José Vitoriano. É necessário, portanto, que esta ação prossiga, até que seja posta em liberdade a última vítima do terror salazarista.³⁴

³² *Pátria Portuguesa, Voz de Portugal e Mundo português* eram alguns dos periódicos produzidos no Brasil, suas propostas eram mais próximas ao salazarismo e eles contavam com ampla circulação e financiamento da comunidade portuguesa.

³³ *Portugal Democrático*, n. 4, 11/1956.

³⁴ *Portugal Democrático*, n.112, 11/1966.



Imagem 1

Entre as várias temáticas abordadas pelo periódico, cabe destacar as que abarcaram o General Delgado e Henrique Galvão. As tensões em torno derrota do Delgado nas eleições presidenciais de 1958, seguida pelo seu exílio, juntamente com outros participantes diretos da campanha, possibilitou o crescimento da temática na mídia. Inicialmente, a chegada de Delgado ao Brasil foi vista pelos antissalazaristas com entusiasmo, gradativamente, ocorreu o distanciamento entre ele e o grupo do jornal³⁵, na medida em que General sinalizava com uma oposição militarizada.

Em São Paulo, durante jantar comemorativo da “Programação da República”, que contava com a presença de intelectuais, políticos, jornalistas e, também, do comandante da II Região Militar, em discurso exaltado, o Delgado afirmou:

³⁵ No Rio de Janeiro, o MNI (Movimento Nacional Independente, encabeçado por Delgado) teve como elemento de divulgação um novo jornal - *Portugal Livre* (1959-60, 13 edições), fundado por iniciativa de Miguel Urbano Rodrigues, levantava a plataforma da liberdade de expressão, contra a censura, pela democracia em Portugal e anistia dos presos políticos.

É justo que os antifascistas sejam generosos nas suas contribuições, mas esses fundos deveriam ter destino diferente do que foi anteriormente proposto. Nessa noite cada um deve colocar sua ajuda a minha frente. O dinheiro não irá, entretanto, para jornais, mas será investido na compra de armas.³⁶



Imagem 2

Entre 1961 e 1962, várias ações lideradas por Galvão e Delgado demonstravam a opção pela via militar, dentre elas, o sequestro de um avião da TAP, no Marrocos, para arremessar panfletos sobre Lisboa e também as articulações de Beja. Estas atitudes não contaram com o apoio unânime e foram desaprovadas por vários membros do *Portugal Democrático*.

Outro tema no qual o periódico centrou seus debates foi a Questão Colonial (envolvendo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé, Príncipe, Timor, Macau, Goa, Damão e Diu, na Índia), a posição majoritária do *Portugal Democrático* era de

³⁶ RAMOS, Ubirajara B. Op.cit., p. 90.

apoiar os movimentos de independência dos países africanos, porém, internamente, haviam opiniões contrárias. Previa-se que a Guerra Colonial ocasionaria o fim do regime estabelecido.

O problema colonial é não apenas mais importante, mas também o mais premente, pois coloca o governo português, no plano interno como no externo em situação extremamente difícil. ... Portugal mantém a guerra mais sem sentido da História, ... o exército colonialista português é levado ao desespero, primeiro passo para o crime, para a chacina, utilizando do napalm, lancha-chamas contra populações camponesas totalmente desprovidas de defesa. Chegado a este ponto, o governo de Caetano nada mais podia esperar do que aquilo que está realmente acontecendo: um isolamento quase total no plano internacional, uma reação, cada vez mais marcada, no plano nacional...

O segundo ponto a que devo referir-me, diz respeito à situação econômica. Esta alias, como é fácil prever, relaciona-se diretamente com o que acabo de dizer: O surto inflacionário, que nos últimos tempos se verifica em Portugal, tem como causa primeira a guerra nas colônias... Terceiro ponto: a luta pelo restabelecimento das liberdades essenciais em Portugal. Na verdade uma aparente liberalização do regime tem conseguido enganar observadores menos prevenidos... Os sinais de falta de fôlego do caetanismo são evidentes: uma guerra em três frentes, uma situação econômica difícil, um isolamento internacional cada vez maior, um crescente repúdio interno. Dentro das novas condições será esperar muito pensar para breve na instauração em Portugal da Nova República? ³⁷

Os membros do *Portugal Democrático* promoveram várias iniciativas de contestação ao salazarismo, como: concepção do Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão (1958), efetivação da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Janeiro/1960), II Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Montevidéu/1961), Ato Público de Solidariedade aos Trabalhadores e aos Povos de Espanha e Portugal (27/5/1962), debate “42 anos de fascismo em Portugal”, na PUC/SP (finais de 1968).

Apesar da unidade na luta antissalazarista, momentos de tensões e cisões levaram ao afastamento de colaboradores, cabendo pontuar as discordâncias e polêmicas frente as lideranças políticas (Humberto Delgado e Henrique Galvão), a “questão colonial” e a hegemonia do PCP na direção do periódico.³⁸ Em março de 1963, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena e Paulo de Castro excluíram-se do Conselho de Redação, devido ao veto, pelo grupo hegemônico do PCP, a um artigo de Casais Monteiro.³⁹

Após o Golpe civil-militar de 1964 a situação política no Brasil foi alterada e as

³⁷ *Portugal Democrático*, n.112, 11/1966.

³⁸ Entrevista, Alfredo Masson, 12/02/2003.

³⁹ RAMOS, Ubirajara Bernini. op.cit. SILVA, Douglas M. op.cit.

pressões sobre o jornal se ampliaram, analisaram-se os riscos e cogitou-se sobre o encerramento da publicação, entretanto, corajosamente, decidiu-se por continuar. O aumento da repressão política, o temor de possíveis trocas de informações entre a PIDE e o DEOPS levou a que vários colaboradores como Casais Monteiro, Jorge Sena e Victor Ramos partissem para novo exílio, nos USA.

Novos horizontes foram abertos em Portugal, depois de 25 de abril de 1974, a “Revolução dos Cravos” foi entusiasticamente referenciada pelo periódico, que assumiu a cobertura dos fatos. O jornal tornou-se semanal, entretanto, passou a receber ameaças de atentados a bombas do Comando de Caça aos Comunistas, telefonemas que assustaram os anunciantes no jornal, além do retorno á Portugal de muitos colaboradores.

Em 1977, após dezenove anos de atividade, com 205 números, terminava a publicação do periódico que fora a expressão política dos portugueses antissalazaristas exilados em São Paulo, mantendo-se latente nas memórias não só dos que estiveram envolvidos na sua produção, mas, dos seus leitores e membros da comunidade portuguesa, afinal...

Não se habita impunemente em outro país, não se vive noutra economia, em um outro mundo, sem que algo permaneça de uma outra sociedade na outra, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos.⁴⁰

⁴⁰ SAYAD, A. “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”, in: Travessia - Revista do Migrante, SP, v. 13, jan/2000, p.14.